

## A *explicação* em (alguns) géneros institucionais

Ana Caldes

### **Abstract:**

In this paper we aim at presenting some considerations on the functioning of *explication* as a linguistic phenomenon in texts produced in institutional contexts. To do so, we take as a point of departure the notion of *sequence*, as it is conceived by Jean-Michel Adam, in his approach to the sequential typology of texts. Further, we will focus on the general functioning of the *explicative sequence*, as far as it is described by the author, trying to show how it occurs in texts belonging to different *text genres*. Bearing in mind that genres are strictly connected to social and human activities, we will try to show by which means the occurrence of *explication* is sensitive not only to the institutional context of production of each text, but also to the nature of the *genre* each text belongs to.

### **1. Introdução**

*Grosso modo*, a maioria dos textos produzidos em contexto institucional estão sujeitos aos constrangimentos internos às próprias instituições que os geram; de facto, as produções textuais não podem deixar de estar vinculadas às finalidades sociais associadas a cada instituição, ao estatuto que ocupam os sujeitos nela envolvidos e ao funcionamento que lhe é inerente. Ora é justamente em função de aspectos como aqueles que se acabaram de referir que alguns textos apresentam um carácter necessariamente explicativo ou, melhor dizendo, que a *explicação* se assume como uma característica *sine qua non* dos mesmos.

Por outro lado, se há determinadas regularidades que podem ser apontadas ao nível da *explicação* enquanto fenómeno linguístico, também

é verdade que ela cumpre funções particulares e, portanto, distintas, consoante a natureza e/ou os objectivos pragmáticos dos textos em que ocorre. No presente trabalho, pretende-se reflectir por que meios e de que forma a *explicação* se manifesta nas produções textuais vinculadas ao funcionamento de uma determinada instituição, tendo em conta que aquele fenómeno linguístico não é alheio aos aspectos que condicionam e “formatam” a concepção desses textos nos diferentes contextos institucionais.

### **2. Da noção de *sequência* à *sequência enquanto unidade textual***

Segundo J. M. Adam, o termo *sequência* designa uma unidade textual, organizada do ponto de vista da sua estrutura, que se comporta, nos termos em que o próprio autor a define, como

uma “*rede relacional hierárquica*” a funcionar a dois níveis: ao nível local das suas relações internas, uma vez que os elementos constituintes de uma sequência se apresentam como interdependentes entre si; por outro lado, ao nível global, no sentido em que esta unidade textual, ainda que dotada de uma relativa autonomia, não pode deixar de estar em relação com o todo maior de que faz parte – o próprio texto. Vejam-se as palavras do autor:

«L’unité textuelle que je désigne para la notion de séquence peut être définie comme une STRUCTURE, c’est-à-dire comme:

- un réseau relationnel hiérarchique: grandeur décomposable en parties reliées entre elles et reliées aut tout qu’elles constituent;

[#T# [Séquence(s) [macro-proposition(s) [proposition(s)]]]]

ADAM (1992: 30)

Apesar de obedecerem ao mesmo processo de constituição hierárquica (em macroproposições e proposições) as sequências não partilham, porém, todas a mesma

- une entité relativement autonome, dotée d’une organisation interne qui lui est propre et donc en relation de dépendance/indépendance avec l’ensemble plus vaste dont elle fait partie.»

ADAM (1992: 28)

Na perspectiva do que defende Adam, a *sequencialidade*, ou seja, a constituição do texto em *sequências* representa um dos planos de organização da textualidade. Assume-se, portanto, que qualquer texto integra um número variável de sequências, que estas últimas são formadas por macroproposições, os quais, por sua vez, integram unidades de nível inferior – as proposições – numa relação hierárquica que se apresenta esquematicamente da seguinte forma:

natureza. É neste sentido que o autor estipula a existência de cinco protótipos de sequências de base – narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal – passíveis de serem atualizados, de forma única e particular, em cada exemplar de texto.

Por conseguinte, refere Adam: «Un TEXTE est une structure hiérarchique complexe comprenant *n* séquences – elliptiques ou complètes – de même type ou de types différents» (ADAM, 1992: 34).

Apresentando cada protótipo de sequência um funcionamento e características próprios, interessa-nos aqui reflectir especialmente sobre o funcionamento e as particularidades da sequência de tipo explicativo, no sentido de apontar algumas das regularidades que a definem enquanto unidade textual prototípica. É disso que tentaremos dar conta o ponto seguinte.

### 3. A explicação

Para a reflexão a que nos propomos, aceitamos considerar o

fenómeno linguístico da *explicação* na sua dupla dimensão: uma dimensão sequencial – partindo do princípio que a ocorrência de sequências explicativas obedece a uma esquema prototípico que se processa em três fases essenciais, segundo Adam – a fase do problema (ou questionamento, realizado em termos de “Porquê?” ou “Como?”), da explicação propriamente dita (a resposta ao questionamento anterior) e da conclusão-avaliação (em que se sintetiza a informação dada na fase imediatamente anterior). A todas estas fases antecede, facultativamente, uma fase 0, chamada de “Esquematização inicial” (ou seja, uma fase que é anterior à fase do questionamento). Veja-se o esquema proposto pelo autor para a sequência explicativa prototípica:

|  |                                  |                         |
|--|----------------------------------|-------------------------|
| 0.   | Macro-proposition explicative 0: | schématisation initiale |
| 1. <i>Pourquoi X?</i><br>(ou <i>Comment?</i> ) | Macro-proposition explicative 1  | Problème (question)     |
| 2. <i>Parce que</i>                            | Macro-proposition explicative 2  | Explication (réponse)   |
| 3.   | Macro-proposition explicative 3  | Conclusion-évaluation   |

ADAM (1992: 132)

À parte a dimensão sequencial que está associada a este fenómeno, há uma dimensão pragmática/discursiva que lhe está implícita, que se prende com a intenção ou intenções comunicativas que estão na base da explicação. Assim,

aceita-se que o acto de *explicar* visa, fundamentalmente, a compreensão de fenómenos, processos e/ou acontecimentos, sendo que a necessidade de compreensão surge na sequência de um questionamento inicial

que, de modo explícito ou implícito, está presente no texto (correspondente à fase 1 indicada por Adam). Nesta perspectiva, assume-se que a explicação possui uma finalidade primária geral – *fazer compreender* – a qual é conseguida, textualmente, através da expressão de relações lógicas entre os elementos (linguísticos) envolvidos no acto de *explicar*.

#### **4. A explicação em (alguns) géneros institucionais – análise de textos**

Os textos para análise circulam no contexto de uma instituição pública portuguesa – a Guarda Nacional Republicana – e pertencem a géneros textuais distintos: o *auto de apreensão de veículo automóvel* (texto 1), o *diapositivo* (texto 2), o *artigo do Código da Estrada* (texto 3) e o *croqui* (texto 4). Para este trabalho, foi seleccionado um exemplar de texto de cada um destes géneros, que será tomado como exemplar representativo de cada um dos géneros em causa. Na análise que se segue, tomaremos como ponto de partida a estrutura prototípica da sequência explicativa proposta por Adam para identificar, nos textos, as ocorrências linguísticas dessa estrutura. De seguida, verificaremos de que forma a explicação é utilizada, em cada texto, para servir diferentes finalidades,

associadas aos géneros textuais em análise.

##### **4.1. O Auto de apreensão de veículo automóvel**

Veja-se um excerto de um texto pertencente ao género acima mencionado, que transcrevemos parcialmente (cf. Anexos, texto 1).

A ocorrência explicativa manifesta-se, neste excerto, na seguinte unidade textual: “...*procedi à apreensão do veículo (...) por o veículo circular na via pública sem que o seu proprietário tivesse transferido a responsabilidade civil obrigatória para uma Companhia de Seguros. Foi interveniente em acidente de viação.*”.

Nesta unidade é indicada uma acção de autoridade – “*a apreensão de veículo*” – a qual se apresenta como uma consequência (sancionatória) do facto de o proprietário do veículo não ser portador de seguro automóvel, isto é, de não ter “*transferido a responsabilidade civil obrigatória para uma Companhia de Seguros*”. A acção de autoridade mencionada levanta, por sua vez, um questionamento implícito do tipo “Porquê?” – correspondente à fase 1 da sequência prototípica explicativa proposta por Adam – o qual impõe que seja mencionada causa da apreensão do veículo e,

consequentemente, o motivo da sanção; trata-se, pois, da fase da explicação propriamente dita ( a fase 2 do modelo sequencial): “(...) *por o veículo circular na via pública sem que o seu proprietário tivesse transferido a responsabilidade civil obrigatória para uma Companhia de Seguros. Foi interveniente em acidente de viação.*”. Em suma, pode dizer-se que, neste texto, a *explicação* surge com vista à concretização de uma finalidade específica – *fazer compreender* para legitimar a acção de autoridade mencionada, o que é conseguido pelo recurso à explicação enquanto resposta ao questionamento implícito suscitado relativamente à causa da sanção.

#### **4.2. O Diapositivo**

O segundo texto em análise (cf. Anexos, Texto 2), pertencente ao género diapositivo, visa explicar os procedimentos a levar a cabo para realizar a recolha de amostras a partir de um “dispositivo de teste oral para detecção de substâncias psicotrópicas”. Neste texto, tomaremos duas grandes unidades de análise: por um lado, o título (“Recolha de Amostra”) que levanta um questionamento implícito do tipo “Como fazer?” (com correspondência à fase 1 do modelo de sequência prototípica explicativa de

Adam); por outro, todo o resto do texto, em que a explicação/resposta (fase 2 do modelo sequencial) aí presente se concretiza pelo recurso tanto à descrição de acções como à presença da imagem. Quanto à descrição de acções – “Abra... cabeça direita”, “Em seguida... a 20 vezes”, “Esfregue... a 2 vezes)” e “Coloque... posição correcta.” – note-se a focalização seja na natureza das acções a realizar ou não (“abra, esfregue, não masque, coloque, ...”) como na localização espacial dessas acções (“na ponta da língua, debaixo da língua, sob a língua,...”) e na presença de tempos verbais no modo imperativo, marcados, aliás, do ponto de vista gráfico. Relativamente à presença da imagem, esta tem essencialmente o objectivo de “dar a ver” como fazer para efectuar a recolha da amostra pretendida. Pode referir-se, assim, que a explicação surge, neste texto, com uma finalidade prática – a de *fazer compreender* para fazer agir.

#### **4.3. O Artigo do Código da Estrada**

Neste texto (cf. Anexos, Texto 3), o título – “Modo de medir a distância nas curvas” – sugere um questionamento do tipo “Como (fazer)?”, correspondente à fase 1 do esquema prototípico da sequência explicativa. Este questionamento é

resolvido, assim, pelo corpo do texto, verificando-se, em que está presente a fase da explicação (fase 2), marcada pelo uso de formas impessoais (*faz-se*) e de estruturas passivas (*deve ser contada*), pela reformulação de enunciados com o intuito de especificar e/ou esclarecer o sentido de uma expressão (“*deve ser contada a partir do limite..., ou seja, do prolongamento do lancil...*”), pela exemplificação através de imagem (com fins demonstrativos) e pela indicação de “como fazer?” / “como não fazer?” (“*...a medição faz-se... e não desde o início da curva...*”).

Neste texto, verifica-se também a presença da fase 3 do modelo sequencial explicativo proposto por Adam – a fase da conclusão-avaliação – marcada pelo conector “*assim*”, sendo que esta terceira fase tem o seu início na unidade textual “*Assim, o tracejado da figura 1 é zona de proibição...*”. Concluindo, verificamos que no texto em análise a *explicação* visa fundamentalmente *fazer compreender* para fazer agir, explicitando um determinado modo de actuação, à semelhança do que acontece com o texto anterior.

#### **4.4. O Croqui**

Este último texto (cf. Anexos, Texto 4) caracteriza-se por integrar em simultâneo elementos icónicos e linguísticos, o que constitui, aliás, um elemento característico deste género. Se considerarmos, neste texto, apenas a presença dos elementos icónicos e das alíneas, vemos que estes não constituem elementos suficientes para a interpretação do texto. De facto, eles suscitam no leitor um questionamento do tipo “O que é?” para “Como (interpretar)?” (a fase 1 do estrutura da sequência explicativa), tornando-se necessário explicitar a que se referem tais elementos de forma a resolver o défice de sentido que eles, por si só, geram no texto. A resolução deste défice é resolvida, pois, pelo recurso à legenda (a que se atribui um valor explicativo, correspondente à fase 2 do modelo sequencial; esta unidade textual assume, desta forma, o papel de, por um lado, permitir a interpretação dos elementos icónicos, ao atribuir significação às alíneas; por outro, permitir, a *posteriori*, a interpretação global do *croqui*, e o cumprimento da função explicativa que se atribui a este género textual. Neste caso, diremos então que a *explicação* – conseguida pela presença da legenda neste texto – visa *fazer compreender* com o objectivo último de fazer interpretar.

## 5. Concluindo...

Aos diferentes géneros textuais que correntemente circulam no contexto das várias instituições estão associados diferentes objectivos pragmáticos; assim, cada género possui, à partida, uma finalidade comunicativa distinta que o diferencia relativamente aos restantes. Por outro lado, assumimos que aos diversos géneros estão associados formatos (semio) linguísticos mais ou menos estabilizados; estes formatos dão conta, por sua vez, dos diferentes modelos de produção textual adoptados por cada instituição. Ora, pelo que pudemos observar pelos textos em análise, o fenómeno linguístico da *explicação* é sensível a estes dois aspectos – objectivos pragmáticos e modelos de produção textual – sendo estes determinados em grande medida pelo funcionamento, pelo modo de organização e pelas necessidades das próprias instituições em que os géneros circulam. Por último, pudemos verificar que a ocorrência da *explicação* não se esgota na sua finalidade geral – *fazer compreender* – mas que, além disso ela cobre, a *posteriori*, finalidades específicas e/ou particulares que, sendo próprias de cada género, são conseguidas através de realizações textuais distintas.

## Bibliografia consultada

ADAM, Jean-Michel

(2001) «Types de textes ou genres de discours? Comment classer les textes qui disent de et comment faire?» in *Langages* no. 141, Paris: Larousse, pp. 10-27.

(1999) *Linguistique textuelle – Des genres de discours aux textes*, Paris: Nathan.

(1997) «Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre» in *Revue belge de philologie et d'histoire* n° 75, pp. 665-681.

(1992) Les textes: types et prototypes – técir, description, argumentation, explication et dialogue, Nathan.

(1991) «Cadre théorique d' une typologie séquentielle» in *Etudes de Linguistique Appliquée* 83, pp. 7-17.

COLTIER, Danielle

(1986) «Approches du texte explicatif» in *Pratiques* n° 51, Setembro, pp. 3-22.

LACOYE, Marie-Pierre

«Le texte explicatif: caractéristiques de fonctionnement communes en français et en portugais», disponível no site

[http://www.fl.ul.pt/dlgr/documentos/ling\\_aplicada\\_frances.pdf](http://www.fl.ul.pt/dlgr/documentos/ling_aplicada_frances.pdf)

MÉNARD, Louise

«Procédés explicatifs», disponível no site

<http://www.protic.net/profs/menardl/frtextes/explicatif-scenario2.html>

NOYÈRE, Arielle

«Le discours explicatif» disponível no site

<http://www2.ac-lille.fr/mdl/Le%20discours%20explicatif.htm>

«Texte Explicatif», disponível no site

<http://intra.sje.qc.ca/~francais3es/je/texteexplicatif.htm>

## Anexos

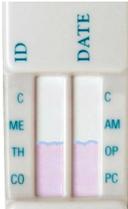
### Texto 1

Aos --- dias do mês de --- de dois mil e --- em (a) ---  
Eu (b) --- Posto --- número ---, da Guarda Nacional Republicana, em cumprimento de (c) alínea --- do n.º --- do art.º --- do Código da Estrada, conjugado com o n.º --- do art.º --- do decreto Lei n.º --- de --- de ---.  
procedi à apreensão do veículo registado na conservatória do registo de Automóveis de --- com o número --- [...]  
por (d) o veículo circular na via pública sem que o seu proprietário tivesse transferido a responsabilidade civil obrigatória para uma Companhia de Seguros. Foi interveniente em acidente de aviação.

- (a) Lugar, Freguesia e Concelho.
- (b) Nome e Posto.
- (c) Entidade que mandou proceder à apreensão ou legislação infringida.
- (d) Motivo da Apreensão [...]

### Texto 2

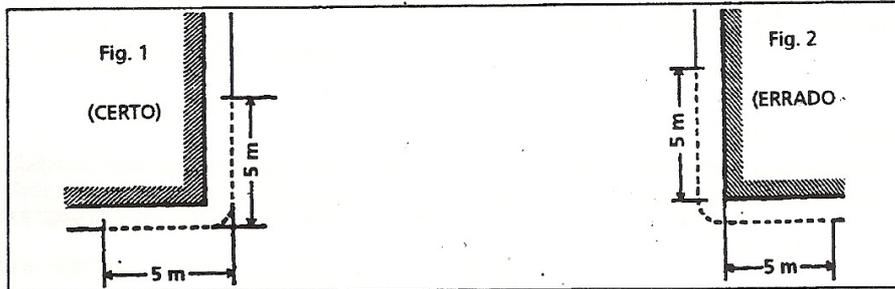
## Recolha da Amostra

|   |   |
|---|---|
| <p>Abra a boca e esfregue a zona de reacção do dispositivo na mucosa das bochechas, num movimento circular repetido (aproximadamente 15 a 20 vezes). Certifique-se de que mantém a cabeça direita.</p>   | <p>Em seguida, esfregue suavemente a zona de reacção do dispositivo na mucosa da outra bochecha, igualmente num movimento circular repetido (aproximadamente 15 a 20 vezes).</p>   |
| <p>Esfregue suavemente a zona de reacção do dispositivo na ponta da língua, num movimento repetido (cerca de 15 a 20 vezes). Não masque, chupe, morda ou torça a zona de reacção do dispositivo.</p>   <p>Esfregue a zona de reacção do dispositivo por debaixo da língua, num movimento repetido (cerca de 15 a 20 vezes).</p> | <p>Coloque a zona de reacção do dispositivo sob a língua, durante cerca de 30 segundos, para absorver a saliva. Indique ao dador que deve segurar o dispositivo com a mão, na posição correcta. A quantidade correcta de saliva recolhida é indicada pelo fluxo das linhas azuis.</p>  |

### Texto 3

### Modo de medir a distância nas curvas

A distância de 5 metros referida na alínea a) do n.º 2 do art.º 14.º (actual alínea b) do n.º 1 do art.º 49.º do C. E), para efeitos de paragem ou estacionamento de veículos, deve ser contada a partir do limite mais próximo da faixa de rodagem da via de comunicação transversal, ou seja do prolongamento do lancil do passeio transverso, como é exemplificado na figura do «cróquis» anexo, e não a partir do início da curva do passeio como se vê na figura 2 do mesmo «cróquis». (Despacho da DGTT de 15 de Junho de 1955)



Como se vê na figura 1, a medição faz-se a partir do prolongamento do lancil do passeio transverso e não desde o início da curva do passeio como se vê na figura 2.

Assim, o tracejado da figura 1 é zona de proibição de parar ou estacionar e a parte compreendida pelo traço a cheio é zona de paragem ou estacionamento.

### Texto 4

